

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito de dezembro de dois mil e doze, realizou-se a 75ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. Afonso Pena, 4.000 (quatro mil), 7º andar - Bairro Mangabeiras.

Conselheiros presentes: Omar Pinto Domingos (SMAAR), Maria Luísa Ferreira Belo Moncorvo (SUDECAP), Maria de Fátima Abreu (SMAGC), Jarbas Matias dos Reis (SICEPOT-MG) e Adilson de Campos Braga (CMSBH).

Suplentes presentes: Sinara Inácio Meireles Chenna (SMOBI), Silvana Trigueiro Cunha Sasdelli Perez (SUDECAP), Weber Coutinho (SMMA), Lucas Paulo Gariglio (SLU), Vitor Carvalho Queiroz (CREA-MG) e Cláudio Leite de Souza (UFMG).

A conselheira Sinara Inácio Meireles Chenna, após verificar o quorum, iniciou a reunião relatando que a pauta da mesma seria a apresentação do Plano Municipal de Saneamento, versão 2012/2015. Enfatizou-se que não haveria deliberação quanto à aprovação do Plano na presente reunião e que tal ocorrerá numa das primeiras reuniões do ano de 2013.

A conselheira passou, então, a palavra ao Secretário Executivo do COMUSA, Engº Ricardo Aroeira, para proceder sua apresentação “Plano Municipal de Saneamento – PMS 2012/2015”. O palestrante fez um breve histórico da publicação do PMS, relatando que essa teve início no ano de 2004, se destacando como um documento de diagnóstico e priorização de investimentos em saneamento no município de Belo Horizonte, bem como sendo o único instrumento disciplinador de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento. A metodologia utilizada para elaboração do Plano, submetida à aprovação do Conselho, sofreu algumas alterações em relação às versões anteriores, quais sejam: o Indicador de Interceptação era aferido pela extensão necessária de interceptores a implantar versus a existente e passou a ser aferido pela população atendida por interceptação de esgoto; o Indicador de Drenagem, anteriormente aferido por casos de inundações registrados no município, passou a ser aferido pela população residente nas manchas de inundações registradas pela Carta de Inundações do Município; o Indicador de Dengue não mais fará parte do cálculo do ISA – Índice de Salubridade Ambiental, que teve seus pesos alterados por essa razão e, por fim, passou-se a aferir o Indicador de Tratamento de Esgoto, baseado na população que tem seu esgoto coletado e enviado ao tratamento. Para a versão atual, os pesos do ISA passam a ser: 5% para abastecimento de água, 35% para esgotamento sanitário, 20% para resíduos sólidos e 40% para drenagem urbana. Assim, verificou-se que o atual Índice de Salubridade Ambiental do município de Belo Horizonte – ISA é de 0,89. Para se obter a priorização final das 98 bacias e 256 sub-bacias hidrográficas do município, além do ISA, foram considerados, ainda, os critérios de maior densidade demográfica, maior porcentagem de população residente em vilas e favelas e maior taxa de diarreia em crianças na faixa de 0 a 5 anos. As notas atribuídas a esses critérios, respectivamente, passaram de 40, 15, 25 e 20 para 50; 15; 25 e 10.

Encerrada a apresentação, foram abertas inscrições para o debate, no qual foram manifestas opiniões a respeito da metodologia apresentada para o PMS, sendo as dúvidas respondidas pelo Engº Ricardo Aroeira.

Em seguida, nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.